

A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO COMO PARADIGMA SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER

THE COEXISTENCE WITH THE SEMIARID AS A SUSTAINABLE PARADIGM IN THE PERSPECTIVE OF LIVING

Tiago Pereira da Costa

tiago@irpaa.org

Especialista em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido
Especialista em Metodologias Participativas Aplicadas a Pesquisa e a ATER
Mestrando em Extensão Rural (PPGExR/UNIVASF)
Coordenador Institucional do IRPAA

RESUMO

Apresentamos nesse artigo as frentes de construção da proposta de Convivência com o Semiárido, como paradigma sustentável na perspectiva do Bem Viver para a região Nordeste do Brasil, ecossistema Semiárido, compreendendo, nas últimas décadas, como essa proposta vem sendo construída, implementada e em processo de consolidação com relevante contribuição do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA. É resultado da sistematização de abordagem qualitativa, por meio da observação participante e da análise documental de trabalhos realizados pelo IRPAA, entre os anos 1990 a 2017. No atual momento conjuntural em que o país e o mundo se encontram de crise política e econômica, com adoção do estado mínimo e dos retrocessos no acesso às políticas públicas pelos camponeses/as, agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais do campo, faz-se necessário uma ampla articulação e incidência política na defesa da proposta de Convivência com o Semiárido, como eixo estruturante de melhoria das condições de vida das populações da região.

Palavras-chave: Convivência com o Semiárido. Sustentabilidade. Bem Viver. Educação Contextualizada.

ABSTRACT

We present in this paper the construction fronts of the proposal of Living with the Semi-Arid, as a sustainable paradigm in the perspective of the Well-being for the northeastern region of Brazil, which are inserted in the semi-arid ecosystem, where in the last decades this proposal has been formulated, implemented and with the relevant contribution of the Regional Institute of Small and Agropecuária Apropriada (IRPAA). It is a result of the systematization of a qualitative approach, through participative observation and documentary analysis of the works carried out by the IRPAA, between 1990 and 2017. In the present conjunctural moment in which the country and the world live, of political and economic crisis, with adoption of the minimum state and setbacks in access to public policies by peasants, family farmers, peoples and traditional communities of the countryside, requires a broad articulation and advocacy to

defend the proposal of Living with the Semi-Arid as a structuring axis improve the living conditions of the populations of the region.

Keywords: Living with the Semi-Arid. Sustainability. Well live Contextualized Education.

INTRODUÇÃO

Os anos 1960 a 1980 foram marcados pelo surgimento e efervescência dos movimentos sociais, sobretudo no campo, descontentes com o isolamento político da classe trabalhadora e com o acentuado usufruto da modernização econômica pelas forças dominantes (classe burguesa). Nesse período, e de forma mais abrangente até 1990, surgem muitas Organizações da Sociedade Civil – ONG que, por meio de sua personalidade jurídica, atuam como apoiadores aos movimentos sociais e às organizações populares; incidem na proposição de programas e políticas públicas, desenvolvem trabalhos de base junto às comunidades rurais e, de forma tímida, firmam parcerias com os governos (poder público executivo) para execução de algumas ações com recursos públicos, já que o estado brasileiro não conseguia chegar à totalidade das populações.

No Brasil, desde 1929 até 1990, já era bem presente o apoio e as ações desenvolvidas pelas diversas estruturas da Igreja Católica. Em 1949, por exemplo, a Igreja e o Ministério da Agricultura e da Saúde já realizavam no meio rural as Missões Rurais de Educação; e de 1953 a 1954 somente a Igreja, sem o apoio do estado brasileiro, realizou eventos de mobilização e formação do homem e da mulher do campo; nesse período chamava de Semana do Bem-Estar Rural (um trabalho na ótica do que hoje são os serviços de Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER, os quais visam à formação e ao acompanhamento direcionado continuado, o que antes era pontual).

Após 1960, sob forte influência dos Estados Unidos da América – EUA, o Brasil viveu um intenso momento de crescimento econômico, marcado pela implantação de indústrias de diversos ramos, pela revolução verde e pelas privatizações de bens públicos, e, como se não bastasse, em 1964, o golpe militar com acentuada crise política e econômica, sobretudo, amplia as desigualdades sociais e a perda de direitos pela classe trabalhadora.

Segundo Tonet (2008), o modelo unicamente tecnicista adotado pela revolução verde, como instrumento de desenvolvimento do setor agrícola, levou a uma situação de crise

econômica, política e ambiental, representada, por exemplo, pela degradação dos recursos naturais como o assoreamento e contaminação dos recursos hídricos e os processos erosivos; pelo empobrecimento da população do meio rural, pelo êxodo rural e pelo crescente aumento dos custos de produção.

De forma intencional, as mudanças estruturais que vêm acontecendo no Brasil têm forte influência dos Estados Unidos da América – EUA, que, segundo Madureira (2015) e Furtado (1974), possuem uma economia extremamente dependente de recursos não-renováveis importados de outros países. A abertura econômica americana e a implantação de suas empresas por vários países auxiliam esse processo numa escala sem precedentes. Se todos os habitantes da terra consumissem o mesmo que consome o americano médio, não haveria recursos naturais para todos. Isso justifica a exploração dos recursos naturais no país, inclusive na região Semiárida, com a expansão das grandes empresas de exploração e especulação das terras e dos recursos naturais. Furtado (1974) considera que, caso não sejam tomadas providências que visem a controlar o consumo desenfreado dos países centrais, não só os países periféricos, mas toda a existência humana corre risco, pois o planeta não suportará tal depredação.

Para Paula (2014), onde a propriedade da terra está concentrada e o crédito é monopolizado pelos proprietários, uma maioria de despossuídos não participará dos benefícios do crescimento, acarretando concentração da renda. Se esses dados estruturais não se modificam, o aumento de produtividade engendrará necessariamente uma crescente dicotomia social. O único ativo de que dispõe a população pobre é a sua força de trabalho e, sendo esta um bem de oferta elástica, o preço será fixado no mercado em função do custo de reprodução, perpetuando-se a miséria (FURTADO, 1992, p. 53).

Dados esses fatos históricos, um movimento contrário surgia, reflexo da expressão popular, como afirma Neto & Bergamasco,

Seguiram-se muitos outros episódios de resistência e luta camponesa pela permanência na terra, Canudos, Contestado, o Cangaço e muitos outros movimentos camponeses. Esses momentos históricos fomentaram o desenvolvimento de inúmeras formas de organização política camponesa no século XX: as ligas camponesas, associações e sindicatos de trabalhadores rurais. Lutas de pequenos proprietários, arrendatários e posseiros se multiplicavam no período, com o objetivo de permanecer na terra em que trabalhavam. Nestes processos, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica tiveram papel central no apoio aos camponeses e trabalhadores rurais (Fernandes, 1999). As ligas camponesas surgiram por volta de 1945, ligadas ao partido comunista e tinham como finalidade organizar os camponeses para se opor e resistir à expropriação e expulsão da terra e como recusa ao assalariamento. No início da década de 1960, as ligas já realizavam congressos e encontros para defender a reforma agrária e, neste período, foi possível verificar as primeiras ocupações de terra. Assim, o período de 1940 a 1964 demonstrou

muita organização e luta dos camponeses (Medeiros, 1989). A condição camponesa expressa o desejo de voltar à terra prometida, que guarda em sua memória social, o sonho do seu pedaço de chão, razão concreta, que ainda se escuta nas ocupações de terra existentes Brasil afora. Com o golpe militar de 1964, as ligas camponesas e outras organizações políticas foram duramente perseguidas, reprimidas e aniquiladas. O debate que estava sendo construído, até então, pelas organizações camponesas na sociedade sobre Reforma Agrária, foi substituído pelo discurso do governo militar de colonização, de ocupação dos espaços vazios e de transformação tecnológica. Durante o regime militar, as repressões foram se intensificando até a militarização da questão agrária no final da década de 70. Com o aumento da violência por parte do Estado, ganha força a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) que, em meados da década de 1970, se multiplicavam por todo país. Através da Teologia da Libertação e de certa imunidade religiosa, as CEB's passaram a constituir lugares sociais onde os trabalhadores e trabalhadoras rurais podiam se encontrar, compartilhar seus problemas, estudar e se organizar (Medeiros, 1989). Esses processos de luta e resistência foram se qualificando como acúmulo histórico de enfrentamento aos latifundiários grileiros e somaram forças com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). No mesmo período, o regime foi começando a mostrar sinais de cansaço. Em 1979, no dia 7 de setembro, 110 famílias ocuparam a gleba Maçai, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Ocupações e espaços organizativos dessa natureza foram se acumulando e culminaram com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, no município de Cascavel no estado do Paraná. O MST carregava a reforma agrária como seu grande mote de luta, defendendo que a terra é um bem de todos, e deve estar a serviço de toda a sociedade, sua materialidade se dá no cotidiano das famílias camponesas na luta pela terra. Nas últimas quatro décadas, o movimento realizou ocupações em pelo menos 22 estados brasileiros, a radicalização do pensamento democrático e organização dos pobres do campo, vem conquistando assentamentos rurais e construindo inúmeras iniciativas nas esferas da produção, educação e cultura. (Neto & Bergamasco, 2017, pág. 204 e 205).

Nesse contexto, após tal período de natureza emblemática, reflexo das grandes marchas e das mobilizações dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade, sobretudo de luta pela terra e permanência nela, resultando grande pressão social, que em 1963 já se organizavam, por meio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, surgiram iniciativas governamentais para apoiar e fomentar programas e ações para o meio rural: O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (1970), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (1973), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER (1974), o Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER (1975), e o principal marco jurídico e político que foi a Constituição Federal de 1988. Muitas ações viabilizadas por esses órgãos públicos, dentre elas a reforma agrária, a extensão rural, o crédito subsidiado, começam a chegar ainda de forma tímida e direcionada ao rural brasileiro, porém uma atuação que visava a fortalecer o capital e a política de exploração dos Estados Unidos da América – EUA.

Para Madureira (2015), os recursos públicos, advindos de políticas econômicas bem direcionadas, são capazes de impulsionar o desenvolvimento de regiões via investimentos em

áreas específicas. Hirschman (1961) destaca essa importância por meio de investimentos em projetos pontuais em áreas que já apresentam certo dinamismo, a fim de que o crescimento gerado transborde em efeitos fluentes para as áreas de menor dinamismo. Em curto prazo, o investimento público deverá induzir o crescimento, privilegiando as áreas mais dinâmicas e consequentemente mais propensas ao crescimento. Com relação aos governos, acredita-se que eles têm a obrigação de fornecer a infraestrutura social necessária para alavancar o setor produtivo, bem como elaborar estratégias de desenvolvimento, estabelecendo quais áreas serão prioritárias para isso.

Como afirma Tonet (2008), esse processo de crescimento econômico foi perfeitamente assimilado pela extensão rural que, nesse contexto histórico de “modernização”, exercia suas funções de difusão e de transferência de tecnologia, de acordo com as práticas difusionistas, adotadas em razão da Teoria da Difusão de Inovações (ROGERS, 1969), sem as devidas considerações com o espaço e com o público trabalhado.

No Semiárido brasileiro, essa lógica de adoção dos recursos públicos sustentando o crescimento econômico gerou um programa governamental de “combate à seca”, ainda no governo de Getúlio Vargas. Em seguida, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, por meio da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, criada no Governo de Juscelino Kubitschek, idealizada por Celso Furtado, defendia o estado forte, por meio da ampliação das oportunidades de trabalho e de emprego, fomentando o surgimento de indústrias com isenção de imposto pelo estado. Foi uma forma de intervenção do estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região.

Desse modo, segundo Paula (2014), essa política industrial, ao buscar o crescimento econômico, levando em conta somente o favorecimento da acumulação e do progresso técnico, sem considerar o contexto social, não deu atenção às consequências disso sobre o aspecto cultural.

Com isso, nessa região, esse programa que, de certa forma, vinha para fortalecer o capitalismo, por meio das oligarquias locais e tradicionais, explorando os recursos naturais e mão de obra barata, em detrimento do dito “atraso regional”, sob uma ótica de que o problema dessa região era o déficit hídrico (seca), possibilitou um conjunto de ações desenvolvidas, a exemplo das grandes obras hídricas nas propriedades privadas, frentes de serviços, das distribuições de cestas básicas, das operações carros pipas, mas que vinham em troca de votos, ampliando a alienação política das populações.

Tal programa governamental foi fortemente combatido por parte da Igreja Católica, a exemplo da região norte do estado da Bahia, onde o Bispo da Diocese do município de Juazeiro, Dom José Rodrigues, *in memoriam*, era o único alento e força dos menos favorecidos no campo e na cidade. Com isso, a Cooperação Internacional começa a apoiar algumas iniciativas locais e regionais no Nordeste, muitas dessas emergidas pela presente atuação da Igreja, por meio dos trabalhos junto às Comunidades Eclesiastes de Bases – CEB's.

Passados mais de trinta anos de atuação da SUDENE, ente governamental que emplacou a lógica do combate à seca, em detrimento as múltiplas formas de vida e resistência que já eram presentes na região, surge o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, em 1990, organização da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, que traz para centralidade o paradigma da Convivência com o Semiárido na perspectiva do Bem Viver, em contraponto à proposta governamental de combate à seca, que não condiz com as realidades e as necessidades das populações locais e tradicionais.

Segundo Acosta (2016), o Bem Viver caracteriza-se como uma versão que supera os desenvolvimentos “alternativos” e tenta ser uma “alternativa ao desenvolvimento”. É uma opção radicalmente distinta a todas as ideias de desenvolvimento e que, inclusive, dissolve o conceito de progresso em sua versão produtivista. Portanto, o Bem Viver sintetiza uma oportunidade para construir outra sociedade, sustentada na convivência do ser humano, em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes em cada país e no mundo. A parte intrínseca a essa proposta, com projeção até mesmo global, está em dar um importante passo revolucionário que nos inspira a transitar de visões antropocêntricas a visões sociobiocêntricas, com consequências políticas, econômicas e sociais.

Nessa trajetória, esse artigo é resultado de uma sistematização de abordagem qualitativa, por meio da observação participante e da análise documental de trabalhos realizados pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, entre os anos 1990 a 2017, na ótica da proposta de Convivência com o Semiárido, como paradigma sustentável na perspectiva do Bem Viver para a região Nordeste do Brasil. A observação participante se deu pela inserção há mais de dez anos do pesquisador no ambiente de pesquisa, atuando inicialmente como estudante, educador popular, técnico de campo, coordenador de projetos, coordenador de eixo e atualmente compondo a coordenação

colegiada do Instituto. O que motivou esse estudo foi o aprofundamento teórico que se deu nas disciplinas de Sociologia Rural, Comunicação e Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, contextualizando-o com a realidade em que a universidade está inserida.

Segundo Minayo (2015), a observação participante é o processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa.

Esse trabalho está estruturado em três partes: a primeira aborda a contradição do desenvolvimento, que na região Semiárida se deu via paradigma de combate à seca pelo governo brasileiro e na ótica da Convivência com o Semiárido pelas organizações da sociedade civil organizada; a segunda traz elementos do trabalho do IRPAA sobre a Convivência com o Semiárido, resultado das experiências das populações na perspectiva de se construir uma proposta viável para essa região; a terceira, num contexto de recessão do estado brasileiro, com o golpe parlamentar e a adoção do estado mínimo, aborda a necessidade da defesa da proposta de Convivência com o Semiárido como elemento fundante do Bem Viver em contraponto ao paradigma do desenvolvimento.

O DESENVOLVIMENTO: COMBATE A SECA OU A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

A proposta de Convivência com o Semiárido, que visa ao Bem Viver em contraponto aos modelos desenvolvimentistas em curso, compreendida por meio de aspectos estruturantes que envolvem a produção e a reprodução da vida, vem, com o passar do tempo, sendo fortalecida, sobretudo pela ótica de atuação que contribui com a redução das desigualdades sociais, historicamente construídas sob as dimensões do progresso e do crescimento econômico, fracassados na macro política econômica e social, pois, ao tempo que contribuem com o desenvolvimento de algo, reacendem os problemas sociais, culturais, ambientais e consequentemente econômicos.

Segundo Tonet (2008), o desenvolvimento enseja uma trajetória de mudanças estruturais e não apenas conjunturais, ou seja, é necessário transformar em longo prazo a educação, conforme Veiga et al. (2001), que citam os serviços educacionais de nível médio e superior, além das mais diversas formas de lazer, as quais ajudariam a reduzir os estímulos à emigração juvenil, ou pelo menos retardaria, em áreas rurais; e melhoraria a qualidade de vida das pessoas por intermédio de saneamento básico, saúde, moradia, segurança, entre outros (SOARES, 2006).

A proposta governamental de Combate à Seca, como causa imediata da criação da SUDENE, se deparou com grandes secas, que aumentaram o desemprego rural e o êxodo da população. Igualmente relevante foi uma série de denúncias que revelaram os escândalos da "indústria das secas"; corrupção na administração da ajuda dada pelo governo federal via frentes de trabalho, existência de trabalhadores fantasmas, construção de açudes nas fazendas dos "coronéis" etc. Ou seja, denunciava-se que o latifúndio e seus coronéis, a oligarquia agrária nordestina, tinham capturado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, criado em 1945, da mesma forma como anteriormente tinham dominado a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, criado em 1909.

Para criação da SUDENE, estiveram presentes empresários industriais, políticos interessados no desenvolvimento industrial da região, representantes de forças populares e de esquerda, como: Francisco Julião, das Ligas Camponesas, além de membros da Igreja envolvidos em ações de combate à pobreza, como D. Eugênio Sales e D. Helder Câmara. Todas essas forças se uniram contra aqueles que defendiam o latifúndio, tinham tomado conta do DNOCS e eram contra a criação do novo órgão. A SUDENE pode ser tomada assim como exemplo empírico da divisão existente na sociedade brasileira.

Segundo Lúcia Lippi Oliveira, a SUDENE foi criada como uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, e sua secretaria executiva coube a Celso Furtado. De 1959 a 1964, ele foi responsável pela estratégia de atuação do órgão, definida a partir do diagnóstico apresentado em seu livro *A operação Nordeste*, de 1959. Órgão criado para diminuir as diferenças entre o Nordeste e o Sul-Sudeste falhou. O número de empregos industriais criado foi insuficiente para resolver os problemas estruturais da região, os padrões de miséria foram mantidos, e as migrações não cessaram. Em termos de concentração de renda, nada mudou.

Para Paula (2014), processo de concentração da riqueza brasileira, baseada numa distribuição desigual dos recursos que resultou em massas populacionais condenadas a viver com a pobreza (BARCELLOS; COMIM, 2012). Ou seja, a deturpada desigualdade na distribuição de renda no país é tida como principal fator que mantém elevadas as taxas de pobreza, baixas oportunidades de inclusão social e econômica (LOPES; GUSMÃO, 2012). Feita essa análise, concluiu-se que a análise das desigualdades regionais resultou numa ideia de pobreza de oportunidades, de esperança, de acessos e presença da fome, isto é, a pobreza sob diversas dimensões.

Dado o fracasso político e social do paradigma governamental de Combate à Seca, surge, por meio das Comunidades Eclesiásticas de Bases – CEB's, das organizações da sociedade civil do campo e das Ligas Camponesas, uma nova proposta de cunho apropriado e sustentável, naquele momento chamado de Convivência com a Seca, o que o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA – institui como missão institucional a proposta de Convivência com o Semiárido, rompendo com a visão de atraso, pobreza e alienação política presentes nesse contexto; percebe, a partir da relação harmônica com a natureza e as populações, as possibilidades de vida digna e justa nessa região Semiárida do Brasil, compreendendo que a seca é um fenômeno natural e climático, sempre vai existir, e, com isso, temos que aprender a conviver com essa condição climática.

A proposta, sustentada na lógica do Bem Viver, é para Gudynas (2016) um rótulo que pode ser caracterizado de forma muito breve e esquemática, pela crítica à ideologia do progresso e ao crescimento econômico, sua expressão no desenvolvimento contemporâneo, à intensa apropriação da Natureza e às suas mediações materiais.

O Bem Viver defende que se “assegure” qualidade de vida, em um sentido ampliado que transcende a dimensão material, individual e antropocêntrica em benefício de um certo bem-estar espiritual e comunitário que se estende a toda Natureza. O Bem Viver valoriza a Natureza em si mesma. Portanto, deseja manter sua integridade local e globalmente. Isso faz com que essa perspectiva esteja orientada a transcender o dualismo que separa sociedade e Natureza, e também a romper com a concepção de uma história linear, segundo a qual nossos países devem repetir os estilos e a cultura das nações industrializadas. As ideias do Bem Viver nutrem-se de contribuições determinantes das culturas indígenas e, portanto, desenvolvem-se em um campo intercultural. Estão em tensão com a visão dominante da modernidade eurocêntrica, mas não são um retorno ao passado, nem um conjunto de comportamentos estanques: decorrem de interações e articulações entre múltiplos saberes. Por fim, o Bem Viver não é essencialista. Não existe uma receita para alcançá-lo: ele deve ser construído de acordo com cada contexto histórico, social e ambiental. O Bem Viver não permite a existência de um “extrativismo depredador”, uma vez que este destrói a possibilidade de uma “boa vida” tanto individual quanto comunitariamente, e também destrói a Natureza com a qual se convive. (GUDYNAS, 2016, pág. 182).

Assim, para as populações do campo, a Convivência com o Semiárido supera o paradigma de Combate à Seca, pois, é construída como reflexo das reais necessidades das populações; é resultado da trajetória social e cultural das famílias e das organizações populares que vêm resistindo às mazelas causadas pelo estado brasileiro e pelo mercado capitalista. Vem se estabelecendo, pois, em cada realidade, de forma sustentável com a natureza, gerando trabalho e renda, mantendo o sentimento de pertencimento, a partir das identidades culturais construídas há séculos pelos antepassados.

A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO TRABALHO DO IRPAA

A grande seca dos anos 1980 foi uma das piores estiagens que provocou grande tragédia humana no Brasil, com registro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB de que morreram centenas de milhares de pessoas, principalmente crianças e idosos. Num período marcado pela crise econômica e social, as populações, sobretudo do campo, viviam marginalizadas pela ausência do estado brasileiro que, naquele momento, negava os direitos básicos assegurados pela constituição federal, bem como não ofertava a contento os serviços básicos e primordiais à população (saúde, educação, moradia, terra, água, segurança, transporte, comunicação etc.).

A única perspectiva de vida digna só era possível se estabelecesse o êxodo rural, comumente realizado pelas famílias, sobretudo pelos homens e pelos jovens, em busca de melhores condições de vida, inclusive, em muitos casos, saiam para obter trabalho e renda, e manter quem ainda ficou no meio rural.

Em se tratando da região Nordeste e do ecossistema Semiárido, sempre foi marcado por visões estereotipadas, como espaço do atraso e da miséria, terra do diabo, povo analfabeto, chão rachado, vaca morta, nada aqui dava certo, pois era Deus quem queria que fosse assim. E a cidade era o espaço do progresso e da modernização, por isso, dever-se-ia migrar do campo para as cidades, sobretudo, para os grandes centros, as metrópoles.

Nesse contexto, surge em abril de 1990 o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, organização da sociedade civil organizada, não governamental e sem fins lucrativos, regida juridicamente por uma associação, com representações das dioceses,

dos agricultores/as e de lideranças regionais, que a princípio se nutre das experiências e dos modos de vida das comunidades rurais e, em primeiro momento, formula uma proposta diferente para essa região, a partir do conhecimento local, identificando as potencialidades e as fragilidades, aprendendo com a natureza a lidar com as situações adversas de oscilações climáticas, respeitando as especificidades locais, valorizando a cultura de um povo forte e resistente, povo de muita fé e crença, que mesmo com o acentuado êxodo rural, ainda tem esperanças de dias melhores no campo.

Para Tonet (2008), esse processo de desenvolvimento local deve ser definido pela comunidade, pelo poder público local, pelos movimentos e organizações populares, na busca de um projeto comum para o futuro do seu território, identificando e valorizando os potenciais e as riquezas locais. Essa ação articulada do conjunto dos diversos agentes sociais, culturais, políticos e econômicos, públicos ou privados, para a construção de um projeto estratégico que oriente as ações em longo prazo, necessita de uma nova postura e de ações voltadas para a construção de um objetivo comum (VEIGA *et al.*, 2001), inclusive com uma nova postura da extensão rural e da educação escolar.

Partido da realidade local, natural e induzida pela ausência do estado, o IRPAA, em dez anos de trabalho (1990 a 1999), teve como estratégia institucional a construção e divulgação da proposta de Convivência com o Semiárido, com uma equipe pequena (de 1 até 5 colaboradores/as), os quais se debruçavam nos estados do Semiárido brasileiro, conhecendo e sistematizando as realidades vivenciadas, o que resultou na produção de diversos materiais pedagógicos (cartilhas, livros, boletins, folders, banners, informativos, matérias jornalísticas etc.), e, nos aspectos norteadores dessa proposta, anunciavam a profecia de um novo paradigma para essa região, pautada na convivência, em descontentamento com a lógica do combate à seca e de combate às pessoas adotadas pelos governos da época.

Essa proposta está alicerçada em cinco grandes elementos: Terra e Território, Clima e Água, Educação Contextualizada, Produção Agroecológica Apropriada e Comunicação, os quais, ao longo dos anos, no âmbito institucional e organizacional, eram categorizados como Equipes de Atuação, Setores e agora Eixos Temáticos, agregando projetos e equipes multidisciplinares que se debruçam na implementação da Convivência com o Semiárido, por meio da execução de políticas públicas, programas e projetos com ênfase nas populações do campo e, de forma crescente, também contribuindo com as populações do meio urbano.

Informações do Projeto Institucional do IRPAA (2009) trazem um detalhamento das ações/temáticas prioritárias desse trabalho realizado pelo Instituto, com base:

1. na **Água**: usando as cinco linhas de luta pela água, sendo elas: água de consumo, água de produção, água subterrânea, água de emergência e água do meio ambiente, baseando-se na necessidade de serem implementadas tecnologias de captação e armazenamento da água da chuva, já que é a principal fonte hídrica dessa região;
2. na **Criação de Animais**: conhecendo o comportamento do clima e a aptidão natural das terras do Semiárido. Nota-se claramente que a criação de animais de pequeno porte é a atividade de maior viabilidade para o sustento das famílias;
3. na **Terra**: o conjunto de aspectos que envolve a vida, clima e solo, exige uma propriedade rural de tamanho maior do que em regiões de clima mais regular e com solos mais férteis; assim, faz-se necessária a organização das famílias para a defesa dos seus territórios, a luta pela regularização das terras e o debate sobre o tamanho apropriado de uma propriedade familiar e comunitária na região do Semiárido;
4. nos tradicionais **Fundos e Fechos de Pasto**, considerados como sistema de uso coletivo das terras, é um sistema ideal, usam a Caatinga de maneira ecológica e sustentável, com isso, as políticas oficiais de reordenamento fundiário e os programas de reforma agrária precisam estar atentos ao fato de que os padrões no Semiárido são diferentes em relação a outras regiões do Brasil;
5. na **Agricultura**: que tem um papel importante para a manutenção da família no Semiárido, observando, sobretudo, as práticas e plantas apropriadas ao clima da região. É de suma importância conhecer o potencial de plantas nativas. A agricultura de sequeiro deve se concentrar em áreas reduzidas e bem cuidadas, utilizando tecnologias apropriadas, que conservem a água da chuva e evitem a evaporação;
6. na **Irrigação**: em áreas que permitem a prática da irrigação, a agricultura familiar orgânica ou agroecológica é a opção de grande importância. Ela corrige as distorções da agricultura convencional, via estabilidade dos agroecossistemas e a utilização de recursos renováveis e autossustentáveis, aliando a qualidade dos alimentos com a conservação dos recursos naturais de produção e preservação da natureza, assim como valorização da agricultura familiar;
7. na **Agroindustrialização da Produção**: o beneficiamento dos produtos da região, tanto vegetal, quanto animal, contribui para uma maior autonomia financeira das

famílias, valorização dos produtos locais e preservação ambiental, a partir do extrativismo em áreas do bioma caatinga;

8. na **Geração Futura:** a discussão com a Juventude e Mulheres sobre a Convivência com o Semiárido surge da análise do contexto atual, no que se percebe a necessidade de envolvimento dos/as jovens e das mulheres na implementação e prática das políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida, a geração de renda e a participação ativa na comunidade, partindo para a atuação nas diversas áreas: sociais, organizações populares, públicas e políticas;
9. nas **Relações de Gênero:** o trabalho que envolve a relação de gênero significa questionar e reconstruir o papel de homens e mulheres, para que eles possam contribuir e se beneficiar igualmente na geração de renda e no processo de desenvolvimento individual, familiar e comunitário de forma sustentável;
10. na **Escola:** adoção da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, que consiste no desenvolvimento de ações direcionadas para um novo modo de produção da vida, que une escola e comunidade, saber e necessidade, conhecimento e desenvolvimento, para provocar mudanças significativas na realidade;
11. nas **Organizações Populares:** cooperativas, associações, sindicatos, pastorais, dentre outras, possuem uma grande capacidade de mobilizar as comunidades no sentido de propor e reivindicar ações públicas que correspondam aos interesses do povo e que estejam de acordo com a realidade do Semiárido.

Segundo Paula (2014),

O principal fator que gera grande concentração de renda e poder no Brasil é a nossa estrutura agrária (terra e território). Uma vez que não há no campo possibilidades de condições de vida melhores, a população dessas áreas tende a migrar para áreas urbanas, gerando um excedente de mão-de-obra não especializada (FURTADO, 2004). Mas esse não é o único problema. A experiência mostra que o efeito da ditadura militar sobre o aspecto social foi o de exacerbar as tendências antissociais do nosso desenvolvimento imitativo. Pois, este regime avançou no processo de industrialização sem dar soluções à questão social ao dar preferência ao crescimento econômico. Assim, Furtado (2000) nos adverte que é nosso dever indagar sobre as origens dos problemas que afetam a população e rejeitar posições baseadas em reducionismo econômico. Em seu entendimento, as forças sociais que defendiam a industrialização não enxergavam as graves desigualdades sociais e se unificaram aos interesses do latifúndio e da direita ideológica se colocando em oposição às organizações sindicais nascentes (NEVES; STIVAL; DAROS, 2012).

Com a Terra e o Território em tamanho apropriado e regularizados, assegurados aos camponeses/as, agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais, é notável a viabilidade da proposta de Convivência com o Semiárido, sendo esses dois elementos a base para consolidação do Bem Viver na região, historicamente negado às populações pela ausência do estado brasileiro na priorização de ordenar a estrutura fundiária e agrária, permitindo, assim, a grande concentração de terra no campo, responsável pelas condições de pobreza, miséria e insegurança alimentar e nutricional.

Em contraponto a essa realidade, e com forte apoio da Cooperação Internacional através da União Europeia, em 1999 já se viabilizava o Programa de Convivência com o Semiárido – PROCUC, nos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá, no estado da Bahia, executado pelo IRPAA, o que resultou numa adesão positiva pelas populações a uma iniciativa que se construía por meio das demandas locais e resultava em ações estruturantes de luta pela terra, pela água, pela educação e pela produção apropriada. Daí foi possível contar com a sensibilidade de gestores públicos de nível municipal, que apoiaram esse trabalho, inclusive, instituindo muitas iniciativas empíricas como política pública, a exemplo da gestão da água e de educação contextualizada.

Para Neto & Bergamasco (2017), o campesinato brasileiro é marcado historicamente pela luta e resistência, por vezes para permanência, outras para a entrada na terra, sempre contra as expropriações a que fora submetido. Os camponeses lutaram para estar na terra, lutaram contra o cativo, para conquistar um pedaço de chão e por sua liberdade. Das mais variadas formas, construíram organizações, resistiram no território produzindo alimentos e imprimiram uma marca na história do Brasil. A condição camponesa brasileira também vai se construindo nessa relação subalterna na busca por território com as elites dominantes, na relação com a terra e na produção com base no trabalho familiar, resistindo e criando alternativas à opressão, à violência e à miséria a que são submetidos secularmente no Brasil.

Outro marco de incidência, enfrentamento e luta das organizações da sociedade civil organizada, foi a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1993, com o objetivo de pautar a convivência com o Semiárido em contraposição à política governamental vigente na época.

Já em 1999, paralelamente à 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3) da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada no Recife-PE, surge a Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA – e, junto com o conjunto das

organizações, lançaram a Declaração do Semiárido Brasileiro, considerado um documento de ruptura com a filosofia e as ações de combate à seca. A declaração aponta medidas estruturantes para o desenvolvimento sustentável da região, pauta um conjunto de medidas políticas e práticas de convivência com o Semiárido e, nesse contexto, propõe a formulação de um programa para construir um milhão de cisternas no Semiárido Brasileiro.

Nesse momento, a estratégia institucional do IRPAA perpassa pela implementação da Convivência com o Semiárido, em curso entre os anos 2000 a 2009, na defesa de uma política pública apropriada para o Semiárido. Aqui já se tinha a parceria com a Articulação do Semiárido – ASA, que surge em 1999, e assume a articulação e mobilização das organizações sociedade civil em torno de um Programa de Formação e Mobilização Social de Convivência com o Semiárido, e, com o passar do tempo, vai a duras lutas conquistando o apoio financeiro do estado brasileiro. Nesse mesmo período, o IRPAA já acessava em 2004 recursos financeiros do governo do estado da Bahia, por meio de Programas (Herdeiro da Terra com Jovens do Campo e de Fruticultura de Sequeiro e Irrigada), junto à Secretaria de Combate à Pobreza – SECOMP, sendo o primeiro projeto governamental executado pelo instituto. Com isso, já começa a ampliar e direcionar o processo de formação dos agricultores e das agricultoras familiares, com ênfase em jovens e mulheres do meio rural, com foco na região norte do estado da Bahia.

Nesse mesmo período, com a eleição do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva (era Lula), amplia-se a atuação institucional, alargando o acesso aos recursos públicos por meio das políticas públicas, programas e projetos de implementação de Tecnologias de Captação e Armazenamento da Água da Chuva, de Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER, de Formação Continuada no Campo, de Implantação de Estruturas Produtivas etc. É pertinente destacar que já nesse contexto de atuação institucional essa organização ampliou consideravelmente suas atividades no meio rural, sobretudo, pelo acesso a editais de ATER nos territórios de identidade e da cidadania, construindo, sobretudo, uma nova abordagem desses serviços, que perpassa pela educação não formal e pela emancipação da classe trabalhadora, com enfoques participativos, holísticos e humanistas.

Segundo Tonet (2008), os desafios para a extensão rural frente ao desenvolvimento local sustentável passam primeiramente pelo respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do meio rural brasileiro, estimulando ações dos extensionistas junto à agricultura familiar, mediante o uso de metodologias participativas e de

uma pedagogia construtivista e humanista, desempenhando um processo educativo para o desenvolvimento local sustentável (PETTAN, 2005). Seria recomendável, nas ações extensionistas, a adoção dos princípios da Agroecologia, buscando uma melhor relação entre o urbano e o rural, a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento da cidadania, a produção de alimentos limpos e a necessidade de geração de ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural (MDA, 2005).

Por fim, a terceira era de atuação institucional do IRPAA, estratégia em construção atualmente, perpassa pela Consolidação da Convivência com o Semiárido (2010 a 2017), transformando um conjunto de iniciativas que vem dando certo há quase três décadas em políticas públicas, agora efetivadas por meio de leis em nível municipal, estadual e federal. Já é fato em muitos municípios do Semiárido Brasileiro a Política de Educação Contextualizada, de Gestão das Águas, de Inclusão Produtiva, assim como, em alguns estados da federação, a existência da Política Estadual de Convivência com o Semiárido, como aprovada recentemente no estado da Bahia.

O que para Paula (2014),

O desafio que se coloca no umbral do século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação num curto horizonte de tempo para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. Devemos nos empenhar para que essa seja a tarefa maior dentre as que preocuparão os homens no correr do próximo século: estabelecer novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico. O espantinho do subdesenvolvimento deve ser neutralizado. O principal objetivo da ação social deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e da ação solidária. A criatividade humana, hoje orientada de forma obsessiva para a inovação técnica a serviço da acumulação econômica e do poder militar, seria reorientada para a busca do bem-estar coletivo, concebido este como a realização das potencialidades dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente. (FURTADO, 1998 *apud* LEITE, 2007, p.3).

Nesses anos, a equipe do IRPAA chegou a atuar em mais de vinte municípios diretamente (Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso, Sento-Sé, Sobradinho, Casa Nova, Juazeiro, Curaçá, Uauá, Canudos, Campo Formoso, Paulo Afonso, Glória, Macururé, Chorrochó, Abaré, Jaguarari, Andorinhas), atendendo cerca de dez mil famílias com serviços de Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER e/ou com implementação de Tecnologias de Captação e Armazenamento da Água da Chuva, junto às comunidades rurais e às Unidades de Produção Familiar – UPF (nos anos 2013 a 2016), chegando a um quadro de cento e

cinquenta colaboradores/as contratados/as diretamente para atuação exclusiva na entidade, via CLT ou contrato de prestação de serviços, financiados com recursos públicos do governo federal e estadual.

A EMERGÊNCIA DA DEFESA DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER

A luta pela construção de uma política adequada para o Semiárido vem nas últimas três décadas sendo intensificada pelas organizações da sociedade civil, movimentos sociais, organizações dos agricultores e das agricultoras familiares, camponeses/as e lideranças do campo, dentro da lógica da Convivência com o Semiárido que assegure a perspectiva do Bem Viver, por meio de uma relação sustentável dos seres humanos com a Natureza.

Dessa forma, conforme aponta Ibáñez (2016), o Bem Viver nos desafia a repensar maneiras de nos relacionar entre seres humanos e com a Natureza, de forma a favorecer uma vida que flua para todos e para todas, não somente para os seres humanos, mas também para outras formas de vida, com base em uma noção de redistribuição orientada à igualdade, à equidade ou à harmonia entre os diferentes. A relação entre seres humanos e Natureza é um dos dispositivos mais fortes para desconstruir as lógicas do desenvolvimento e do crescimento ilimitados. Nesse sentido, o Bem Viver sublinha que as fontes para identificar modos de vida alternativos vêm dos povos indígenas originários: culturas nascidas com base na relação ancestral com os ciclos da Natureza, por meio de práticas agropecuárias ou de coleta, de alguma maneira agrocêntricas. Da vida rural desses povos, são extraídas as fontes principais para pensar concretamente o Bem Viver.

O Semiárido brasileiro enfrenta a pior seca dos últimos 100 anos (2011-2017), e as populações locais ainda continuam sofrendo. Trata-se da 72ª grande estiagem registrada em mais de 500 anos de história, segundo dados da Articulação pelo Semiárido – ASA, rede formada por mais de 3.000 organizações da sociedade civil, que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de Convivência com a região Semiárida.

No entanto, até bem pouco tempo, em vez de disseminar políticas de "Convivência com o Semiárido", o governo federal empreendia o "combate à seca" – e isso desde que o imperador Dom Pedro II autorizou a construção do açude do Cedro, uma das primeiras

grandes obras públicas de combate à estiagem, em 1880, passando pela fundação do atual Departamento Nacional de Obras contra a Seca - DNOCS, que se deu em 1909, e, na segunda metade do século 20, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Nesse contexto, muitos erros foram cometidos. A prova disso está nas dificuldades ainda enfrentadas pelos habitantes do Semiárido, principalmente durante o longo período de falta de chuvas destes anos. Em alguns estados como no Piauí e Ceará, mais atingidos pela atual seca, mais de 40% da produção de leite estão perdidas; o rebanho de gado do Semiárido está morrendo ou sendo vendido, enquanto parte dos nordestinos busca trabalho de forma permanente ou temporária em outras regiões do país (ASA, 2017).

Frente à estiagem prolongada, segundo dados do site da Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA, em junho de 2016, a presidente Dilma Rousseff anunciou que o governo federal iria investir 2,7 bilhões de reais em ações emergenciais para combater a seca na região Nordeste e no Norte de Minas Gerais. Tais ações incluiriam a contratação de caminhões-pipa, a construção de cisternas e benefícios fiscais. O abastecimento de água para a população está sendo feito por caminhões-pipa por meio da Operação Carro-Pipa, coordenada pela Defesa Civil e pelo Exército. No entanto, a operação não tem capacidade de atender todas as comunidades, e há locais em que as prefeituras também estão disponibilizando carros-pipa para ajudar a equipe do Exército. Assim, além dos proprietários de carros-pipa, que em épocas de seca chegam a dobrar o preço cobrado das prefeituras, também os políticos se beneficiam da chamada "indústria da seca".

De certa forma, ainda está presente a política de "combate à seca", que são as grandes obras de armazenamento de água. O Nordeste, na região Semiárida, tem imensos açudes, no entanto, essas grandes obras sempre foram construídas nas fazendas dos grandes proprietários. E quando passa a seca, aqueles açudes passam a ser propriedade dos fazendeiros e a população não tem acesso à água, não permitindo a democratização dos acessos aos estoques de água.

No contexto, dentre as obras de combate à seca do governo federal, está a transposição do Rio São Francisco. O rio representa 70% dos recursos hídricos da região e a transposição vai interligar sua bacia hidrográfica com bacias no Nordeste Setentrional. Ou seja, não é uma obra destinada à agricultura familiar, aquela que mais sofre durante os períodos da seca; a transposição vai levar água para açudes, para áreas do agronegócio, para áreas urbanizadas.

Em julho de 2011, o governo federal criou o Programa Água para Todos, destinado a promover, segundo o próprio governo, a universalização do acesso à água para consumo humano em áreas rurais e para a produção agrícola e alimentar. No entanto, o acesso a terra, ou seja, uma reforma fundiária ampla e necessária, ainda não está nos planos do governo federal.

A Articulação do Semiárido – ASA, por meio de um dos seus programas prioritários, e que hoje faz parte da política do governo federal, que são as tecnologias sociais de captação e armazenamento da água da chuva, denominadas de cisternas, incluindo as construídas pela ASA e as construídas pelos governos dos estados, por consórcios de prefeitos/as e outros parceiros do governo federal, dá conta de que já existem mais de um milhão de cisternas de armazenamento de água para o consumo humano no Semiárido, levando água potável a três milhões pessoas. No entanto, para que uma família tenha acesso à tecnologia de produção que lhe permita o posterior armazenamento de água para a produção alimentos, é necessária uma parcela de terra onde ela possa trabalhar, e que isso pouco tem avançado no Brasil; a posse da terra ainda é concentrada nas mãos de poucos, das elites e dos detentores do poder.

A proposta de Convivência com o Semiárido está no censo comum da sociedade, sendo fonte de inspirações para ações estruturantes e pontuais amparadas em programas e políticas públicas que contribuem com a melhoria das condições de vida das populações. Dentre elas podemos citar: Lei de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia; Política de Educação Contextualizada no Ceará; Elaboração de Materiais Didáticos e Paradidáticos Contextualizados; Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER como processo educativo não formal; Implementação de Tecnologias de Captação e Armazenamento da Água da Chuva; Política de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO; Ampliação do Acesso à Água Potável no Campo; Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR; Programa Reaatingamento; Política de Educação do/no Campo; Programa de Energia para Todos; Programa de Agroindustrialização da Produção; Política Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; dentre outras. Esse conjunto de ações, políticas e programas de certa forma contribuem significativamente com a permanência, convivência e vida digna das famílias no rural brasileiro.

O fato é que essas perspectivas já fazem parte da estratégia governamental de emancipação política e de desenvolvimento da região Nordeste, a partir do recorte do Semiárido, sendo realidade na ação do estado brasileiro, sobretudo a partir do aporte

direcionado dos governos populares que traz para a centralidade da macropolítica a retirada do Brasil do mapa da fome e a ampliação do acesso aos serviços públicos e do acesso aos direitos pelos/as camponeses/as, agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais, historicamente negados pela elite conservadora que sempre administrou esse país.

O século XXI, em tempos de globalização e inovação tecnológica, é marcado por um grande ciclo de crise do capitalismo, bem como uma acentuada crise política, econômica e ambiental, que resultou no golpe parlamentar, o qual tomou o poder do estado da representação eleita pela maioria da população do país, em desconformidade com a ética e as regulamentações do estado democrático, de modo a operar uma troca da liderança política, ferindo a democracia e o estado de direito. Nesse cenário, a proposta de Convivência com o Semiárido e um conjunto de programas e políticas públicas acessados pela classe trabalhadora também estão em ameaças.

Após um ano do governo ilegítimo no poder executivo, com forte apoio e participação do poder legislativo e do poder judiciário, a todo custo vem implementando as grandes reformas (ensino médio, congelamento dos investimentos públicos em educação e saúde, trabalhista e da previdência), reduzindo o aporte financeiro em políticas e programas sociais, adotando novo marco regulatório de regularização das terras, privatizando serviços públicos, de modo que as práticas administrativas e políticas já refletem de forma negativa na vida das populações. Nesse sentido, um conjunto de ações em curso há mais de uma década vem sofrendo sérios cortes e recessões, afetando diretamente a produção e a reprodução da vida.

Na região Semiárida, já se vislumbram as situações de déficit alimentar e hídrico, inclusive, o fortalecimento do então adormecido Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, ampliando as práticas de combate a essa região, com objetivo de alienar as populações e manter no sistema político a elite conservadora, que está muito descontente com os ciclos de transformações e emancipação do Nordeste e do seu povo, sobretudo, do Semiárido brasileiro, e quer a qualquer custo se manter no poder executivo e legislativo em nível nacional, estadual e municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação das populações, sobretudo do campo, na construção da proposta da Convivência com o Semiárido sustentada na ótica do Bem Viver, com proposições que

partem de suas necessidades estruturantes, numa perspectiva de se estabelecer de forma justa, digna e viável, vem fazendo grande diferença nesse início do século XXI.

Segundo Tonet (2008) e Soares (2006), o desenvolvimento tem um forte apelo à participação social, seja nos vários tipos de conselhos municipais, seja nos fóruns e espaços públicos de discussão e deliberação política, por meio da qual a sociedade, juntamente com o poder local, assume o papel de protagonista desse processo.

Com base em Tonet (2008), essa nova perspectiva de ação, além do conhecimento técnico, exige que os profissionais, na implementação de projetos, programas e políticas públicas, sejam mediadores de saberes e conhecimentos, agentes impulsionadores do desenvolvimento das comunidades rurais. Precisam, portanto, estar preparados para utilizar técnicas e instrumentos participativos que permitam o estabelecimento de negociações e a ampliação da capacidade de decisão dos grupos sobre a realidade, devendo criar condições objetivas para ajudar o fortalecimento da cidadania, a efetiva participação dos atores nas decisões, melhorar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, dentro de uma visão e atuação sistêmica e holística (CAPORAL; RAMOS, 2006), buscando-se o equilíbrio social e ambiental no meio rural.

A relevância do trabalho do IRPAA em vinte e sete anos está nessa mediação de saberes empíricos, tradicionais e científicos/técnicos, de modo a construir um conhecimento aplicável à vida em suas diferentes dimensões, e contou com apoio de diversos parceiros/colaboradores/financiadores que ajudaram a instituição na construção de uma proposta diferente para o Semiárido Brasileiro, construída de forma participativa, propositiva, numa perspectiva equitativa, a partir da elaboração, implementação, consolidação e em fase de defesa como projeto inovador de sociedade, considerando o ciclo de crise do sistema capitalista, que persiste como projeto do colonizador e do desenvolvimento.

Assim, em tempos de crises, sobretudo, políticas e econômicas, cabe à sociedade civil organizada em redes, fóruns, consórcios e via movimentos sociais, resistir e persistir acreditando na construção de uma sociedade melhor e justa, tendo a Convivência com o Semiárido como estratégia dentro da lógica do Bem Viver, que se nutre da construção de conhecimentos e da valorização do saber popular (empírico), a partir da proposta da Convivência entre as pessoas e com a natureza, melhorando as condições de vida, permanecendo de forma digna e plena no Semiárido Brasileiro, sem precisar sair para as áreas urbanas ou ficar refém do estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. “ Extrativismo e neoextrativismo”. GUDYNAS, Eduardo. “Transições ao pós-extrativismo”. IBÁÑEZ, Mario Rodriguez. “ Ressignificando a cidade colonial e extrativista. In: Gerhard Dilger, Miriam Long, Jorge Pereira Filho (Org.): **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento** / traduzido por Igor Ojeda. – São Paulo : Fundação Rosa Luxemburgo, 1º edição, 2016. 472 p.

BACELAR, Tania. NORDESTE, NORDESTES: QUE NORDESTE? **Observanordeste**, Recife, abril, 2002.

FREY, Claus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente e Sociedade**. N. 9, Campinas, jul/Dec. 2001.
FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. **São Paulo em Perspectivas**, v. 18, n. 2. São Paulo, Abr./Jun, 2004.

MADUREIRA, Eduardo M. Prata. Desenvolvimento regional – Principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**. Vol. 5, no 2, jul/dez 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. “Trabalho de Campo: Contexto de Observação, Interação e Descoberta”. In: Minayo, Maria Cecília de Souza; Deslandes, Suely Ferreira; Gomes, Romeu (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

NETO, Wilon Mazalla; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. “A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza”. In: Delgado, Guilherme Costa; Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

PAULA, Josiane Souza de. **Celso Furtado e as grandes questões do subdesenvolvimento brasileiro**. X ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, Salvador, Set. 2014.

RPAA - Projeto Institucional do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – I, Juazeiro- BA, 2009.

TONET, Ricardo Moncorvo. Algumas sugestões sobre o novo papel da Extensão rural frente ao desenvolvimento local sustentável. **Informações Econômicas**, SP, v. 38, n. 10, out, 2008.